

Brasil, Sistema 2 – Bra.sys v 2.0^{beta}

Sistemas (novos) de estados devem levar em conta as limitações da nossa imaginação e capacidade de transcender experiências passadas. Hedley Bull

O capitalismo e a social-democracia “*de manual*” na Europa não tiveram assim tão melhor sorte que o socialismo. Pensando assim, Sir Ralf Dahrendorf, professor da *London School of Economics*, falecido em 2009, passou seus últimos vinte anos propondo modelos de estado “*novos, criativos, não necessariamente únicos nem originais*”.

Neste período os sistemas econômicos tradicionais declinaram como resultado de pelo menos quatro eventos tão aleatórios quanto inexoráveis: 1) Na Europa, em 1989, o fim do sistema comunista; 2) No mundo todo, o exponencial avanço da tecnologia e, com ela, 3) A globalização acelerada; e 4) Nos Estados Unidos, desde 2001, a crise do sistema capitalista, disseminada também na Europa.

Estes fatos relativizaram ideologias e fronteiras, alteraram conceitos de tempo e espaço e trouxeram o renascimento – incipiente no Brasil – de uma sociedade aberta e universal – origem primitiva do homem em sociedade, agora com mais vantagens e perigos.

Em 89 Dahrendorf já propunha “*acabar também com o capitalismo*”, defendendo as mudanças em curso com o fim do comunismo. Vislumbrava que este seria “*um grande tempo para se viver*”. Para viver este tempo precisamos agir com estratégia, coragem e alguma convergência. É inadiável separar o que sempre foi naturalmente separado – economia e política. Fazendo isso, a Alemanha obteve

grande sucesso em sua reunificação. Fazendo isso, foram viabilizados os atuais padrões de desenvolvimento dos tigres asiáticos.

Liberdade econômica é a chave que abre a porta para uma realidade e um desenvolvimento que o brasileiro anseia. Precisamos ser rápidos para sair do incômodo 113º lugar no “Índice de Liberdade Econômica” (Fundação Heritage), mais próximo de Cuba, 177º, e Venezuela, 174º, do que de Chile, 11º, e México, 41º.

Na Monografia “Brasil, Sistema 2 – Um País, Um Governo, dois Sistemas”, aprovada no curso LL.M *Master of Law* do Insper, em São Paulo, foi proposta a tese adotada por China e Reino Unido em Hong-Kong – “*One Country, two Systems Treaty*”, considerada a mais criativa e sábia solução institucional, para ser adaptada aqui.

Não há mais tempo a perder sobre a urgência do País em disponibilizar liberdades econômicas domesticamente, nos padrões mundiais: negócios, investimentos, trabalho, tributos, burocracia e garantias jurídicas do sistema privado.

Não deixou de haver resistência e discussão legalista naqueles países. Haverá sempre minoritariamente conservadores em descompasso com os tempos, interesses corporativos sem sincronia e até traços de xenofobia subsistirão. Mas estas experiências com inovações institucionais têm tido êxito porque a sua genialidade estratégica e simplicidade (*um País, dois sistemas*) prevaleceram sobre princípios tecnicistas e ficções “pétreas” comuns a todos os sistemas.

Não devemos ter muitas dúvidas de que uma revisão constitucional será interminável na questão econômica. Os corporativismos estatais e para-estatais, os cartórios e sindicatos, as estruturas sem utilidade para os negócios, mas erigidas em torno do alto tributo, da burocracia e das (in) atividades acessórias, resistirão muito à

revisão constitucional. Menos, porém, a esta proposta, porque os preserva por ora funcionando no sistema atual.

Não é idiosincrasia pretender que um *link* na raiz da Constituição possa criar o “Sistema Brasileiro de Liberdade Econômica”, uma espécie de Sistema 2, simultâneo ao atual sistema, para um “Apêndice Constitucional” que o defina. E possa o Brasil experimentar a simplicidade da vida no trabalho, nos negócios. Pois já é uma rotina nos países desenvolvidos, inclusive para brasileiros que lá vivem. Restrito e auto-regulamentado, com extrema transparência e baixa burocracia, este ambiente de negócios e trabalho atrairá os investimentos de longo prazo para as demandas de infra-estrutura, às quais estará especificamente dirigido.

Sob o mesmo governo, funcionará como um facho de luz pelo qual fluirão grandes investimentos e negócios, muito trabalho e emprego nos setores rodoviário, ferroviário, aeroviário, portuário, elétrico, de turismo, *entertainment*, p.e. Esta foi, aliás, a meta prometida para que o País pudesse receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas nos próximos anos.

Idéia começo como qualquer sistema *beta*, não contem nada próximo do conceito de estado mínimo, mas de um projeto piloto, *benchmarking* para tratar apenas desta infra-estrutura. E só então, como todo sistema *beta*, encubar e cultivar as mudanças estruturais importantes, de resto já ocorridas em quase todos os continentes.

Sobre países que insistem na conservação do Estado obeso de normas econômicas, Dahrendorf lembrava que “as *invariâncias estruturais, os corporativismos e coisas semelhantes não levaram apenas à corrupção, mas, sobretudo à imobilidade*

e, naturalmente, a uma competitividade em rápido declínio.” Não há chance de ganhar neste jogo competitivo dos investimentos externos de longo prazo, com um Estado tão dirigente e pesado. Mesmo competindo com Rússia, Índia e China, enormes dinossauros a caminho da ginástica.

O Brasil precisa não apenas preparar as arenas esportivas para nos próximos anos abrigar os eventos desportivos mundiais, e atuar bem. Precisa ainda preparar a infra-estrutura do País, porque se comprometeu com isto. Antes, por causa da urgência, precisa preparar sua arena institucional para ser um *player* deste outro jogo, num ambiente global já estabelecido – o da Liberdade Econômica. Nele prevalecem a liberdade, a estratégia, a lei e os negócios. O Brasil precisa jogar bem. “A imaginação é mais importante que o conhecimento.” Einstein.

Juarez Dietrich